

UNIVERSIDADE(S)  
H I S T Ó R I A  
M E M Ó R I A  
P E R S P E C T I V A S

actas 5

CONGRESSO  
HISTÓRIA DA  
UNIVERSIDADE  
7º CENTENÁRIO



COIMBRA 1991

JOÃO CARLOS BRIGOLA\*

### CIÊNCIA E PODER MATEMÁTICOS NAS CORTES (1821-1823)

Ao eclodir a revolução de 24 de Agosto de 1820, a Universidade de Coimbra vivia ainda sob o signo de Pombal. A "viradeira" não desvitalizara os seus traços distintivos. Como instância primeira de reprodução e invenção social do saber, pelo apetrechamento teórico e técnico-científico de uma burocracia laica e eclesiástica, cumpria os objectivos do Poder – a construção do Estado moderno.

A fundação das faculdades de Matemática e de Filosofia Natural tinha coroado o newtonismo dominante e culminado a máxima extensão no território científico europeu. "Peu a peu, le mouvement scientifique et expérimental atteint tous les pays.... La création de nouvelles chaires à Coimbra, après les réformes pombaliennes (1772-1777), achève l'époque d'expansion; le newtonisme, avec tout ce qui en découle, est définitivement acquis" (1).

A matematização das ciências, a crença no progresso ilimitado da razão aplicada, a euforia persuasiva desta nova 'metafísica' (quase uma taumaturgia) investiam os seus actores – os sábios e os quadros de formação matemática – de uma relevância social de tipo novo; e a aquisição de um grau académico, em período de grandes mutações, tornava-se o meio privilegiado de promoção social, oferecendo às

---

\* Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

(1) Stephen D'Irsay, *Histoire des universités françaises et étrangères (du XVIIe siècle à 1860)*, t. II, Paris, Éditions August Ricard, 1935, p. 112.

diferentes elites, de extracção aristocrática ou burguesa, vantagens diferenciais.

No período considerado – da reforma pombalina ao primeiro liberalismo – as vias promocionais dos formados pela novel Faculdade de Matemática esgotavam-se no exercício das carreiras docente ou das armas. Outras funções técnicas, previstas nos *Estatutos* e legisladas em período posterior, esbarravam na inércia das instituições.

A continuidade dos estudos universitários e a aquisição dos graus de licenciado e doutor asseguravam a reprodução geracional do magistério e legitimavam a autoridade científica pela criação de um autêntico escol de matemáticos, cuja genealogia intelectual remontava aos fundadores: José Anastácio da Cunha e José Monteiro da Rocha.

Modificações funcionais e institucionais alteraram, porém, o quadro inicial. A 'ilustração' pedagógica mariana e da regência joanina abrindo-se ao modelo politécnico introduziu inovações sistémicas e provocou novas exigências. A "Universidade que Deus guarde" <sup>(2)</sup>, secularmente *prima sine paribus*, confrontou-se com a criação das Academia Real de Marinha (1779), Academia Real dos Guardas-Marinhas (1782), Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790) e Academia Real de Marinha e Comércio da cidade do Porto (1803). Operou-se, assim, uma dupla descentração – geográfica e pedagógica.

Novas escolas de matemáticas puras e aplicadas induziram à renovação curricular e à habilitação de novos docentes. A elevada frequência estudantil, de prevalência militar, "democratizou" o acesso à cultura matemática na sua dimensão operativa – arquitectura militar, engenharia naval e civil, pilotagem, cartografia, estatística, geodesia e meteorologia. A massificação do sucesso ofereceu um reverso, por vezes brutal, aos padrões de 'mortalidade' coimbrã e subverteu a

---

(2) A expressão "Universidade que Deus guarde" foi utilizada pelo abade José Correia da Serra (em carta dirigida ao Dr. Domingos Vandelli), como forma de caracterizar a universidade do período mariano, confrontando-a com a "Universidade que Deus tem" do tempo das reformas pombalinas. Como é sabido, o reitorado do principal D. José Francisco de Mendonça (Outubro de 1779- Dezembro de 1785) ficou marcado pelas tentativas de descaracterização da reforma universitária iniciada em 1772. (Cfr. Luís de Albuquerque, *O 'Reino da Estupidez' e a reforma pombalina*, p. 50). Para uma análise circunstanciada da actuação do principal Mendonça, consulte-se Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, t. III, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1898, pp. 639-698. A carta de Correia da Serra a Domingos Vandelli vem transcrita na mesma obra, p. 657.

elitização meritocrática <sup>(3)</sup>. Será também por este viés, a par das explicações político-ideológicas e sócio-institucionais, que se terá de enquadrar a insurgência universitária contra a determinação de um Instituto Superior de Ciências Físicas e Matemáticas (1835) e a demarcação crítica face às Escolas Politécnicas (1837).

Focos de perturbação, com origem na partilha ou disputa da consagração intelectual dos seus membros, registam-se igualmente na edificação de duas sociedades científicas lisboetas – a Academia Real das Ciências (1779) e a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica (1798).

De todo o modo, não é legítimo exagerar nas conflitualidades, diminuindo as confluências. A Universidade participou globalmente, por mediação dos professores ou alunos mais progressivos, originários quase sempre das faculdades naturais, <sup>(4)</sup> na emergência de um *corpus* de pensamento que, na pragmatização da "arte de manter e governar os povos", <sup>(5)</sup> encontrou uma missão demiúrgica.

A sociabilidade científica criou um meio científico, de cuja existência entre nós não se pode hoje duvidar, que se cimentou pela bissectriz metodológica, atenta a impossibilidade ontológica ou até

<sup>(3)</sup> Se compararmos o número de alunos formados pela Faculdade de Matemática com o das academias, concluiremos que a diferença é significativa. De facto, no período 1775-1776/1819-1820, a média de bacharéis-formados/ano ronda os 4 alunos, registando-se um máximo de 10, no ano lectivo de 1805-1806; nos anos de 1777-1778, 1796-1797, 1808-1809, 1809-1810, 1810-1811, 1811-1812 e 1815-1816 não se formou nenhum bacharel (Cfr. AUC, *Exames, autos e graus do curso mathematico*, nºs 1-5). Quanto às academias sabemos, por exemplo, que no ano lectivo de 1816-1817 se matricularam 21 alunos no 3º e último ano da Academia Real de Marinha; em 1818-1819, dos 51 matriculados, acabaram o curso 42 alunos; apenas 5 reprovaram e os restantes 4 não fizeram exame (2 deles por doença). A documentação existente no Arquivo Geral da Marinha não permite reconstituir os resultados de todos os anos considerados para igual período em Coimbra. No entanto, os elementos disponíveis confirmam a elevada percentagem de sucesso escolar dos matriculados no terceiro ano (Cfr. AGM, *Academia Real de Marinha*, Cs. nºs 2, 3 e 4).

<sup>(4)</sup> Cfr. Luís Reis Torgal, "Universidade, política, ciência e 'conflito de faculdades' nos primórdios do liberalismo em Portugal", Revista *Estudios de Historia Social*, nºs 36-37, Madrid, 1986, pp. 39-43, e *idem*, *Universidade, conservadorismo e dinâmica de mudança nos primórdios do liberalismo em Portugal*, Coimbra, (dactilografado), 1986.

<sup>(5)</sup> Expressão utilizada por António Ribeiro dos Santos, *Notas ao Plano de Pascoal de Melo Freire*, XXIX, Ciências, p. 45, apud José Esteves Pereira, *O pensamento político em Portugal no séc. XVIII*. António Ribeiro dos Santos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1983, p. 283.

ideológica. O influxo das influências estrangeiras e estrangeiradas, o periodismo científico e a epistolografia, as viagens de reconhecimento do *topos* e da *physis* nacionais e a capacidade de publicação impressa plasmaram a organicidade da comunidade científica portuguesa; fortaleceram-na e justificaram-na nas relações com o Poder, melhor, com os poderes.

Se não é fiável qualquer tipo de associação reflexiva que, nos homens, condicione as rupturas da instância política às rupturas do domínio mental (filosóficas ou científicas) parece, contudo, inquestionável que alguns dos agentes mais lúcidos das reformas institucionais e das inovações científicas, no quadro do Estado absolutista, evoluíram "numa variante mais radical [traduzindo] posições de recusa global e de proposta de uma nova ordem por meios revolucionários" (6).

Foi desta inteligibilidade que partimos para a interrogação do destino político das sucessivas gerações de graduados em Matemática: qual o grau de arregimentação que se verificou no primeiro Parlamento liberal; quantos deputados vintistas ostentariam, nos currículos, a formatura matemática pela Universidade de Coimbra?

A sondagem revelou um núcleo suficientemente alargado para, por si só, merecer algumas linhas de reflexão.

### *Matemáticos nas Cortes*

1. Do cruzamento de fontes foi possível estabelecer a existência de quinze deputados vintistas formados em Matemática, pela Universidade de Coimbra (7). Dito assim, não é, em si mesmo, dado histórico

(6) Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 329. Uma análise de conjunto sobre as fontes intelectuais e evolução ideológica desta geração encontrar-se-á em Luís A. de Oliveira Ramos, "Reflexões sobre as origens do liberalismo em Portugal", in *idem*, *Sob o signo das luzes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, pp. 135-158.

(7) Utilizámos os *Assentos dos Exames dos Estudantes do Curso Matemático* (n.ºs 4-5), depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra (A. U. C.). Através deles, foi possível registar, com rigor, a lista dos alunos finalistas que obtiveram os graus de bacharel, bacharel formado (4.º ano) ou licenciado e doutor (5.º ano). Cruzámos os nomes apurados com a lista de deputados e substitutos eleitos para o congresso

de particular relevo. Muitos mais seriam os bacharéis legistas e canonistas. Tem-se mesmo atribuído à hegemonia destes, a feição teórico-juridista do triénio constitucional – pelo que, a virulência do restauracionismo absolutista teria sido proporcional, na exacta medida, ao radicalismo voluntarista da teoria política liberal. Se é exclusivamente imputável à formação intelectual dos seus mais esclarecidos líderes o falhanço do nosso primeiro ensaio constitucional, é questão que, pelo simplismo da tese, julgamos de operacionalidade histórica duvidosa.

É outro o caminho que propomos. Não é nos contornos ideológicos subjacentes à assumpção política das diversas facções em confronto, no Soberano Congresso, que nos embrenharemos. Menos ainda no significado explícito ou oculto das suas opções económico-sociais. E, digamo-lo desde já, não acreditamos que haja determinação transparente e encadeada entre tipologia social, formação mental e posicionamento ideológico. Isto é: a nosso ver, o mundo das ideias adquire uma autonomia própria, cuja genealogia nem sempre é passível de ser encontrada nas bases existenciais dos seus actores, tomadas em abstracto, sem situação contextual.

Não foi como matemáticos, enquanto tal, que o núcleo de quinze deputados se apresentou no palco da representação política. No limite, poderíamos até defender que tal grupo nunca existiu. É filho exclusivo da nossa vontade – seleccionámo-lo da totalidade, de que foi parte integrante, para servir aos nossos propósitos pré-concebidos.

A frequência dos cursos matemático e filosófico, novidade 'revolucionária' do projecto pedagógico pombalino, pela relevância social com que impregnou duas instituições já de si 'sacralizadas' – a docência de estudos superiores e a carreira militar – proporcionou a aquisição de um prestígio que a eleição para o Parlamento apenas consagrou. Tentativas de encontrar uma axiologia comum fora desta específica circunstância poderão ser artificiosas.

---

constituente, publicada por Clemente José dos Santos, *Documentos para a história das cortes geraes da nação portugueza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, t. I, pp. 126-130. Confirmámos, posteriormente, esta lista com a que divulga António Tavares de Albuquerque, de mais fácil consulta, ordenada alfabeticamente, e enriquecida com dados mais precisos (Cfr. *Índice alfabético e remissivo dos trabalhos parlamentares das cortes geraes da nação portugueza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, t. I, pp. 5-9 e 12-13).



A identidade dos membros deste núcleo não lhes foi transmitida por uma unívoca origem regional, social ou geracional; pelo uso de uma linguagem 'científica' que informasse o léxico das falas ou por posições políticas concertadas. Será mais prudente traçar o eixo distintivo destes deputados, face aos demais, nos comuns percursos de formação, profissionalização e consagração.

A mobilidade social pressupõe o investimento de um capital de reputação acumulado (social, económico ou cultural) e uso conforme de estratégias de valorização; foi por esta bissectriz que os nossos deputados 'matemáticos' se tocaram. Habitando os mesmos lugares da ciência – Universidade, academias militares, sociedades científicas e Academia das Ciências – co-habitavam um universo social tendencialmente nivelado; palmilhando as ruas e as travessas de acesso à Livraria das Necessidades, reencontravam-se numa circularidade convivencial que o fascínio pelo Poder providencialmente reforçava.

Enquanto protagonistas da mais vasta comunidade de cientistas comungariam, não é arriscado supô-lo, da mesma pretensão à neutralidade e objectividade discursivas e reivindicariam princípios orientadores na selecção dos sistemas de explicação. A relação entre esta metalinguagem – universal entre os epígonos da matriz disciplinar aceite – e as opções político-ideológicas, tomadas individualmente, pode ser multifmoda. A adesão a rupturas epistemológicas e culturais nem sempre significa igual grau de abertura a novos horizontes em choque com o império dos factos sociais dominantes. Podem ser, por isso mesmo, desafiados tantos exemplos de 'matemáticos' comprometidos (até aos supremos sacrifícios do exílio e da morte) com o ideário liberal, quantos os que permaneceram nos quadros doutrinários do Antigo Regime<sup>(8)</sup>.

<sup>(8)</sup> Sem sairmos do núcleo dos deputados com formação matemática, são evidentes as diferenciadas, e até antagónicas, opções ideológicas dos seus componentes. Alguns foram alvo de procedimentos políticos após a vilafrancada (intimados ao exílio, demitidos de cargos públicos, assinatura do termo de reforma, prisão, etc.), como: Agostinho José Freire, Francisco de Paula Travassos, Francisco Simões Margiochi e Manoel Gonçalves de Miranda (Cfr. António Tavares de Albuquerque, *ob. cit.*, t. I, pp. 32-34). Outros ou nem aceitaram assinar a Constituição – caso de Manoel Paes de Sande e Castro – ou vieram a revelar-se proeminentes miguelistas – caso do famoso general Álvaro Coutinho e Póvoas (Cfr. Clemente José dos Santos, *ob. cit.*, t. I, p. 403 e Marquês de Fronteira, *Memórias*, Lisboa, vol. I, Imprensa Nacional, 1986, p. 230). Por outro lado, dos quinze deputados apenas três terão sido, comprovadamente ou não,

Noutro prisma, a formulação kantiana do *Conflito de Faculdades* tem sido fecundamente utilizada na explicação de afrontamentos mentais que opuseram, na formação social em análise, concepções culturais, sistemas de desenvolvimento e estatutos de prestígio<sup>(9)</sup>. Os 'matemáticos', tanto da área liberal como da tradicionalista, institucionalmente vinculados ao absoluto de valores imersos nas faculdades naturais, terão sido, globalmente, importunados pelo *Tratado de Aliança ofensiva e defensiva, celebrado pelas faculdades de Cânones, Leis, e Theologia* (sátira de não desprezível significado)<sup>(10)</sup>.

membros da Maçonaria: Agostinho José Freire, Manoel Gonçalves de Miranda e Francisco Simões Margiochi (Cfr. A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de maçonaria*, Lisboa, Editorial Delta, 1986, vol. I, pp. 611-612 e 949-950; vol. II, pp. 988-989).

<sup>(9)</sup> A obra de E. Kant, *Der Streit der Facultäten*, 1789, capta de forma notável a essência da universidade europeia do séc. XVIII. O filósofo denuncia a censura prussiana endurecida com Frederico Guilherme II pelos reflexos da Europa pré-revolucionária. A ideia kantiana de universidade apontava para um espaço de liberdade e de investigação, que a organização em faculdades superiores (Teologia, Direito e Medicina) e em faculdade inferior (Filosofia) obstaculizava. "La classe des Facultés supérieures (en quelque sorte la droite du parlement de la science) défend les statuts du gouvernement; cependant, il doit y avoir aussi dans une constitution libre, come doit l'être celle où il s'agit de la vérité, un parti d'opposition (la gauche), le banc de la Faculté de philosophie, car sans l'examen et les objections sévères de celle-ci, le gouvernement ne serait pas renseigné suffisamment sur ce qui peut lui être utile ou nuisible" (E. Kant, *Le conflit des facultés*, Paris, Jean Vrin, 1973, p. 37). Alguns autores têm utilizado os desenvolvimentos teóricos desta obra em análises sociológicas e de história, cultural-ideológica e sócio-política, das universidades (Cfr. Mariano e José Luis Peset, *La universidad española (siglos XVIII y XIX)*, Madrid, Taurus, 1974, pp. 21-36; José Luis Peset, *La influencia del barbadino en los saberes filosoficos españoles*, Sep. da Revista *Bracara Augusta*, Braga, vol. XXVIII, 1974, pp. 10-17; Luís Reis Torgal, *Universidade, política, ciência e "conflito de faculdades"...*; *idem*, *Universidade, conservadorismo e dinâmica de mudança...*; *idem* e Isabel Nobre Varques, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984). A oposição entre as Letras e as Ciências na cultura ocidental é analisada, sem referência explícita ao filósofo de Königsberg, por Georges Gusdorf, *De l'histoire des sciences à l'histoire de la pensée*, Paris, Payot, 1977 (em especial o Cap. I "De l'opposition entre les lettres et les sciences").

<sup>(10)</sup> Trata-se de uma interessante e significativa sátira, de origem estudantil, publicada no jornal coimbrão *Minerva Constitucional*, nº 4, 15-3-1823, pp. 148-150. Os doutores das faculdades positivas (Teologia, Cânones e Leis) fazem entre si um 'Tratado de Guerra' contra as faculdades naturais (Medicina, Matemática e Filosofia Natural), cujo 1º artigo rezava assim: "Guerra a todo o moço de talento que, frequentando algumas das dilas faculdades, se mostrar ainda levemente inclinado à nova ordem de cousas negando-se-lhe pelo menos, informações de costumes quando o seu merecimento literário for tão relevante que se lhe não possam negar neste ponto, ou lançar-lhe RR seja público e geral escândalo" (p. 149). Descontado o exagero caricatural, o



O que fica por estabelecer – e essa é uma outra questão – é se o racionalismo demonstrativo que, metodologicamente, irmanou numa análoga *forma mentis* cultores de tão diversas áreas do saber, não terá feito da Matemática uma escatologia pronta a ser usada nas ciências políticas, e dos matemáticos, *ipso facto*, 'confidentes da Providência'. "Y poniendo en comparación la concordia que reinaba en el campo de las disciplinas matemáticas, com el reino de la discordia sin tregua, de los juristas y de los escritores políticos, sostiene [Thomas Hobbes] que las peores calamidades que sufre la humanidad serían eliminadas 'si se conociesen con igual certeza las reglas de las acciones humanas como se conocen las de dimensiones en las figuras' " (1).

## 2. Com vista à abordagem que nos trouxe junto dos deputados de

texto reflecte, de algum modo, a viva consciência de um 'conflito de faculdades' que subalternizava os estudos científicos e identificava (num período de conturbados afrontamentos pessoais e ideológicos) os professores e alunos dessas áreas do saber com as ideias liberais. Em contra-ponto, dominariam os tradicionais estudos 'humanísticos', associando-se os seus cultores ao pensamento contra-revolucionário. O redactor do jornal liberal era o jovem estudante de Leis, José Joaquim de Almeida Moura Coutinho (Cfr. Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, *ob. cit.*, p. 276). No próprio Parlamento vintista repercutiram alguns ecos deste confronto. Um diálogo, breve mas crispado, envolveu duas personalidades liberais, com formação académica diferenciada – José Ferreira Borges: "O ilustre preopinante atacou a jurisprudência pintando-a com as mais feias cores: eu o desculpo; ele nada mais fez do que desafrontar-se do ataque que de muito longe lhe havia sido feito; porque no código há um título de *maleficis et mathematicis*"; Francisco Simões Margiochi: "Se falei contra a jurisprudência não foi por me achar escandalizado dela, nem de capítulo algum do digesto; o qual confesso ingenuamente que nunca li nem hei-de ler. Sei o que significa a palavra *mathematicis*, por ter lido os anais de Tácito, donde consta que os matemáticos foram expulsos de Roma, mas que então por matemáticos entendiam-se os astrólogos; e não como hoje eles se entendem; porque a matemática não nos veio pelos Romanos, mas sim pelos Árabes, que eram muito menos Mouros que os Romanos" (*Diário das Cortes*, t. IV, nº 267, 7-1-1822, p. 3621).

(1) Thomas Hobbes, *Epistola dedicatoria del 'De cive'*, apud Norberto Bobbio e Michelangelo Bovero, *Sociedad y Estado en la filosofía política moderna. El modelo iusnaturalista y el modelo hegeliano-marxiano*, México, Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 25. Outros grandes pensadores defenderam pontos de vista semelhantes, como Leibnitz, Spinoza e John Locke que escreve: "Las ciencias susceptibles de demonstración, es decir que de proporciones evidentes por sí mismas, mediante consecuencias necesarias no menos inconfutables que las de las matemáticas, se podrían derivar las medidas de lo justo y de lo injusto, si alguien quisiese dedicarse a esta ciencia com la misma indiferencia y atención que pone en la otra" (*An essay concerning human understanding*, apud *idem*, p. 35.)

formação matemática – feita a prévia elucidação das dúvidas e perplexidades que transportamos – propomos dois critérios de arrumação: a geracional e a profissional.

No tempo alargado, de perto de quarenta anos, que decorre entre a formação dos primeiros bacharéis e o ano charneira de 1820, é possível assinalar dois marcos temporais: o doutoramento de José Joaquim de Faria, em 1782, e o bacharelato de João Pereira da Silva Sousa e Menezes, em 1818. Sem atender às desencontradas definições do que seja, na realidade, uma 'geração', julgamos perceber, empiricamente, o desenho de três estratos de contemporaneidade na academia coimbrã. Assim: 1. durante os anos oitenta e primeiros noventa: José Joaquim de Faria (1782) <sup>(12)</sup>; Manoel Ignacio Martim Pamplona Corte Real (1785) <sup>(13)</sup>; Francisco de Paula Travassos (1787) <sup>(14)</sup>; Vicente António da Silva Correia (1790) <sup>(15)</sup> e Manoel Paes de Sande e Castro (1791) <sup>(16)</sup>; 2. daqui, ao fim do século: Álvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Póvoas (1796) <sup>(17)</sup>; Francisco Villela Barbosa (1796) <sup>(18)</sup>; Francisco Simões Margiochi (1798) <sup>(19)</sup> e Francisco Xavier Monteiro de Barros (1800) <sup>(20)</sup>; 3. dos primeiros Oitocentos às vésperas da revolução: Manoel Gonçalves de Miranda

<sup>(12)</sup> José Joaquim de Faria, natural do Porto, doutorou-se em 8 de Fevereiro de 1782 (Cfr. *O Conimbricense*, nº 1242, 1865 (artigo de António José Teixeira), e *Actas das Congregações da Faculdade de Matemática*, vol. I, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1982, pp. 176 e 184-185). Os restantes deputados obtiveram o grau de bacharel formado, salvo quando se indique, igualmente, a obtenção do doutoramento.

<sup>(13)</sup> Cfr. A. U. C., *Assentos dos Exames...*, nº 4, 1784-1785.

<sup>(14)</sup> Cfr. *idem*, 1786-87. Natural de Elvas, doutorou-se em 26 de Outubro de 1788 (Cfr. *O Conimbricense*, *ibidem*, e *Actas das congregações...*, pp. 176 e 184).

<sup>(15)</sup> Cfr. *idem*, 1789-1790. Natural do Alentejo, doutorou-se em 7 de Julho de 1793 (Cfr. *Actas das congregações...*, p. 176).

<sup>(16)</sup> Cfr. *idem*, 1790-1791.

<sup>(17)</sup> Cfr. *idem*, 1795-1796.

<sup>(18)</sup> Cfr. *idem*, *ibidem*.

<sup>(19)</sup> Cfr. *idem*, 1797-1798.

<sup>(20)</sup> Cfr. *idem*, 1799-1800. Matriculou-se no 5º ano, mas não fez exame final de licenciatura (Cfr. A. U. C., *Livro de Matrículas*, nº 29, 1800-1801). "Destinando-se então a seguir a vida universitária, preparou-se com os anos de repetição, na conformidade dos Estatutos, e achava-se prestes a ser doutorado, recebendo gratuitamente o capelo, quando a parte que tomou em uma desgraçada pendência, ou conflito, suscitado entre os estudantes e os soldados do regimento de milícias, o obrigou a fugir para Lisboa, ficando riscado da Universidade" (Inocêncio Francisco da Silva, "Biographia de Francisco Xavier Monteiro de Barros", *Archivo Pittoresco*, vol. II, 1858-1859, p. 339).

(1804) <sup>(21)</sup>; Rodrigo José Ferreira da Costa (1804) <sup>(22)</sup>; Roberto Luiz de Mesquita Pimentel (1805) <sup>(23)</sup>; António Maria Osório Cabral (1806) <sup>(24)</sup>; Agostinho José Freire (1807) <sup>(25)</sup> e João Pereira da Silva Sousa e Menezes (1818) <sup>(26)</sup>.

Foi desequilibrada a quantidade e a qualidade do empenhamento deste núcleo no Parlamento vintista. Circunstâncias de índole vária, a que não será estranha a diferença de idades, poderá estar na sua origem. Na verdade, os deputados do segundo e terceiro subconjuntos denotaram, em geral, participação de maior relevo. No primeiro subconjunto, José Joaquim de Faria, alegando razões de saúde, cedo abandonou os trabalhos <sup>(27)</sup>; Pamplona Corte Real não se integrou desde o início e arrastava o labéu de 'francesismo' <sup>(28)</sup>; Sande e Castro recusou jurar a Constituição e Silva Correia foi "regular nas votações nominais e no resto nulo ou, pelo menos, quase nulo" <sup>(29)</sup>.

---

<sup>(21)</sup> Cfr. *idem*, nº 5, 1803-1804.

<sup>(22)</sup> Cfr. *idem*, *ibidem*.

<sup>(23)</sup> Cfr. *idem*, 1804-1805.

<sup>(24)</sup> Cfr. *idem*, 1805-1806.

<sup>(25)</sup> Cfr. *idem*, 1806-1807.

<sup>(26)</sup> Cfr. *idem*, 1817-1818. No ano lectivo de 1816-1817 foi dispensado das conclusões magnas e habilitado para fazer o exame privado, na Faculdade de Filosofia. No ano lectivo seguinte, já doutorado por esta Faculdade (e finalista de Matemática) pediu para ser habilitado opositor em Filosofia. Foi, mais tarde, demonstrador da disciplina de Metalurgia (Cfr. *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia*, pp. 347-371, e Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, *ob. cit.*, p. 110).

<sup>(27)</sup> Este deputado, eleito pelo província da Beira, teve a aprovação do diploma a 24 e prestou juramento a 26 de Janeiro de 1821. Deixou de comparecer, por doente, desde 24 de Outubro do mesmo ano. Retirou-se para Coimbra, sem licença das Cortes, pelo que a 7 de Outubro de 1822 ficou escuso, visto não restarem esperanças de pronto restabelecimento (Cfr. António Tavares de Albuquerque, *ob. cit.*, t. I, p. 19).

<sup>(28)</sup> Manoel Ignacio Martim Pamplona Corte Real, conde de Subserra, por ter sido nomeado por Junot, Chefe do Estado-Maior General da Legião Lusitana e por ter acompanhado Massena na invasão de Portugal (Cfr. José Liberato Freire de Carvalho, *Memórias da vida de...*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1982 [1ª ed., 1855], pp. 47-50), só regressou ao país em 1820. Foi reabilitado pela portaria de 9 de Fevereiro de 1820 (Cfr. Clemente José dos Santos, *ob. cit.*, t. I, p. 155). Sendo eleito pelos Açores, tomou assento nas Cortes em 15 de Outubro de 1821, depois de se ter demitido do ministério da Guerra (Cfr. *Actas das sessões das cortes geraes, extraordinarias, e constituintes da nação portugueza, congregadas no anno de 1821*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1821, t. II, pp. 364-365).

<sup>(29)</sup> José Roussado Gorjão, *Galeria dos deputados das cortes geraes e extraordinarias e constituintes da nação portugueza (instauradas em 26 de Janeiro de 1821)*, Época I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1822, p. 363.

Roberto Luiz  
sório Cabral  
reira da Silva

penhamento  
ndole vária, a  
a sua origem.  
juntos deno-  
reiro subcon-  
cedo aban-  
grou desde o  
astro recusou  
ões nominais

dispensado das  
de de Filosofia.  
te Matemática)  
monstrador da  
e de Filosofia,  
10).

o do diploma a  
er, por doente,  
ça das Cortes,  
nças de pronto  
p. 19).

ra, por ter sido  
tana e por ter  
e de Carvalho,  
pp. 47-50), só  
o de 1820 (Cfr.  
Açores, tomou  
do ministério  
e constituintes  
nsa Nacional,

s e extraordi-  
eiro de 1821),

Francisco de Paula Travassos, em confronto com os primeiros, chegou à deputação senhor de um invejável *curriculum*: prestigiado professor e secretário da congregação de Matemática, muda-se, nos finais de Setecentos, para a Academia Real de Marinha, a convite de D. Rodrigo de Sousa Coutinho<sup>(30)</sup>. Travassos fez, verdadeiramente, a ponte entre a sua geração e a que se lhe segue: foi professor de todos eles; conseguiu que Margiochi e Villela Barbosa o acompanhassem como docentes nos lugares vagos da academia lisboeta; sócio fundador e secretário da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, nela introduziu Margiochi, Villela Barbosa e Rodrigo Ferreira da Costa<sup>(31)</sup>; sócio efectivo e director de classe da Academia Real das Ciências, foi confrade dos mesmos deputados e de Manoel Gonçalves de Miranda<sup>(32)</sup>.

A exemplaridade desta relação – pedagógica, científica e política –

<sup>(30)</sup> Travassos assumiu, a partir de 17 de Outubro de 1795, o lugar de secretário substituto da congregação de Matemática. O secretário eleito, o futuro deputado Vicente António da Silva Correia, não assinou a maior parte das Actas. A partir da sessão de 27 de Julho de 1798, o nome de Travassos desaparece definitivamente das Actas. A razão encontra-se na sua transferência para lente substituto extraordinário das duas academias de marinha, em Dezembro do mesmo ano (Cfr. *Actas das Congregações...*, vols. I-II, e A. G. M., *Academia Real de Marinha*, C. 3, 3-10-1813). A propósito da protecção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, aos homens de mérito, escreveu Inocêncio Francisco da Silva: "Este ministro, cujos actos foram tão diversamente avaliados por amigos e adversários, deixou, contudo, provas irrecusáveis de que lhe não faltavam desejos do bem público, e do engrandecimento nacional. Decidiu protector dos homens de mérito, sobrava-lhe discernimento para conhecê-los, e vontade de aproveitar os seus serviços, no que podiam ser úteis ao país" ("Biografia de...", p. 339).

<sup>(31)</sup> Cfr. José Maria Dantas Pereira de Andrade, *Memoria para a historia do grande marquês de Pombal, no concernente à marinha: sendo a de guerra o principal objecto considerado*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1832, pp. 60-67. Travassos, Garção Stockler e Silva Correia foram sócios fundadores da Sociedade.

<sup>(32)</sup> Cfr. *Lista dos socios da Academia Real das Sciencias em Julho de 1821*. Manoel Gonçalves de Miranda não é citado na lista de sócios da Academia publicada por Adrien Balbi, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*, Paris, Ed. Rey et Gravier, 1822, t. II, pp. CCCXXIX-CCCXXXII; apesar disso, seguimos a indicação de A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, vol. II, pp. 988-989. De igual modo, a *Lista* dá o lugar de director da classe de ciências exactas a Stockler, enquanto que Francisco de Castro Freire, *Memoria historica da Faculdade de Matematica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, p. 48, refere que o lugar foi ocupado por Travassos. Provavelmente as informações contemplam períodos diferentes; talvez o deputado tenha sido indigitado depois da prisão do governador militar dos Açores, por não acatar o regime constitucional.

torna-a esclarecedora dos modos e das vias de coesão forjados no meio científico português: a universidade post-pombalina era, por excelência, o território fundador da legitimidade profissional; o ritual de passagem encartava os seus membros com o mais precioso dos bens intelectuais, seduzindo-os ao investimento futuro; complicitades e apoios entre as personalidades mais ilustradas da classe dirigente faziam parte do roteiro promocional; cumpria-se, de seguida, outro ritual: o de entrada em instituições científicas. Nelas, a sociabilidade inter-pares complementava-se, mas não era subvertida, com outro fenómeno – a proximidade com o Poder.

A dúplice interferência dos estatutos magistral e militar, entre os 'matemáticos', (ocorre em seis dos quinze deputados) sublinhava a 'sacralidade' insitucional da universidade e do exército e proporcionava aos 'professores-militares' a capitalização de prestígio profissional entre os numerosos alunos: quadros médios e superiores da hierarquia militar e técnicos civis.

Não deixa de aparentar fecundo significado a repartição profissional dos deputados considerados. Enquanto a Universidade contribuiu apenas com dois membros: José Joaquim de Faria, lente jubilado e decano da Faculdade de Matemática e Sousa e Menezes, demonstrador de Metalurgia na Faculdade de Filosofia, a Academia de Marinha apresentou, por seu turno, uma particularidade notável – a maioria do quadro docente foi eleita para o Congresso: Travassos, Barbosa, Margiochi e Ferreira da Costa. Também duas outras escolas militares estiveram representadas: Silva Correia, que foi durante largos anos lente de Matemática em Coimbra, era, ao tempo da eleição, tenente-coronel de engenheiros e professor da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho <sup>(33)</sup> e Mesquita Pimentel exercia funções

---

<sup>(33)</sup> Vicente António da Silva Correia foi nomeado substituto extraordinário de Cálculo e Astronomia, na congregação de 27 de Julho de 1798. O seu nome jamais será referido em qualquer Acta posterior. É provável que, no ano lectivo seguinte, tivesse optado pela vida académica lisboeta. Na realidade, em 25 de Julho de 1819 encontramos-lo associado à promoção geral que abrangiu os lentes da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho e da Academia Real de Marinha. Professor na primeira destas escolas, foi promovido a tenente-coronel (Cfr. *Gazeta de Lisboa*, nº 246, 18-10-1819). Por não ter estabelecido a condição de professor da Academia, dando-o ainda como doutor da Faculdade de Matemática, afirma Fernando Pereira Marques que, no deputado Silva Correia, a condição de doutor prevalecia sobre a de militar (Cfr. *Exército e sociedade em Portugal. No declínio do antigo regime e advento*

docentes na escola militar de Angra do Heroísmo, criada em 1799<sup>(34)</sup>.

Oito professores, portanto, dos quais dois do nível 'superior' e seis do ensino 'técnico-científico' (35). A carreira das armas, sem exercício de docência, produziu cinco deputados formados em Matemática: Pamplona Corte Real, Coutinho e Póvoas, Gonçalves de Miranda, Osório Cabral e Agostinho José Freire.

Apenas dois deputados não se integraram, por motivos distintos, na padronização profissional delineada: Sande e Castro, tanto quanto foi possível saber, ter-se-á dedicado integralmente à condição de proprietário fundiário (e como tal é classificado nas listas de deputados) (36); Monteiro de Barros foi cosmógrafo da comarca de Santarém mas, depois de ter sido preterido por Villela Barbosa no lugar de lente da Academia de Marinha, acabou por gerir os conhecimentos técnicos noutra área – a de curador financeiro de uma família endinheirada (37).

A ambivalência do *status* sócio-profissional dos 'engenheiros adidos',

---

*do liberalismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, p. 307).

(34) A indicação de que Roberto Luiz de Mesquita Pimentel foi professor de Matemática em Angra do Heroísmo encontra-se em Adrien Balbi, *ob. cit.*, t. II, p. XLVI. A escola da Ilha Terceira foi criada em 1799, para instrução dos militares do forte de S. Baptista. Porém, só abriu em 1805, sendo substituída, em 1810, pela Academia de Matemática. Destinava-se a habilitar oficiais de artilharia que, muitas vezes, faziam trabalhos de engenheiros (Cfr. Cristovam Ayres, *Historia orgânica e política do exercito portuguez*, (Provas), vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910, p. 151).

(35) Ao conjunto de professores nas cortes constituintes, enumerados por Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, haveria, pois, que somar mais três, com formação matemática: Vicente António da Silva Correia, Roberto Luiz Mesquita Pimentel e Rodrigo José Ferreira da Costa (Cfr. *ob. cit.*, pp. 109-110). As razões desta omissão são, todavia, compreensíveis: o primeiro tem sido dado como militar; o segundo foi deputado pelos Açores (enquanto os autores assumidamente estudaram apenas os representantes do Continente); o terceiro já era deputado quando foi provido como lente substituto da Academia Real de Marinha.

(36) Cfr. *O Campeão Português*, vol. III, nº XXXII, Fevereiro de 1821, pp. 495-502.

(37) Inocêncio Francisco da Silva explica que Monteiro de Barros teve contra ele o voto de José Monteiro da Rocha, vice-reitor da Universidade, que argumentou com o incidente que o levava a ser, tempos atrás, riscado da academia coimbrã. O futuro deputado enveredou então por outras experiências profissionais: "Depois da saída dos franceses em 1806, Monteiro foi durante algum tempo empregado sucessivamente no serviço dos comissariados britânico e português, até que em 1814 o sr. M. B. Lopes o incumbiu da administração e gerência dos negócios de sua casa" ("Biographia de...", p. 350). De realçar um pormenor significativo: o deputado é dado como 'matemático' de profissão nas listas publicadas pelo *O Campeão Português*, *ibidem*, e pelo *Astro da Lusitânia*, nº XXXIII, 27-12-1820.



em funções docentes, poderia impelir-nos para outra taxionomia classificativa – a condição militar da maioria deste núcleo <sup>(38)</sup>. Embora tentados a utilizar tão funcional quanto sugestiva conceptualização, julgamos mais rigoroso acentuar o matiz técnico-científico do magistério das academias.

De todo o modo, não nos podemos alhear de um condicionalismo estruturante, emanção da monarquia absoluta e do seu império – o espírito de casta, sedimentado pela consciência dos saberes e dos poderes da força armada. Porque sendo certo que "o grosso dos militares.... não parecia aberto às exigências do espírito, nem consciente das necessidades da ilustração há, no entanto, uma minoria que as interpreta e há, sobretudo, um conjunto de medidas que, dizendo-lhes respeito, confere coesão e importância à classe castrense, pois reforça-lhe a fisionomia e a homogeneidade social que a preparação crescentemente pedida aos oficiais tempera" <sup>(39)</sup>.

3. Longe de se constituir em caso atípico, isolado da fenomenologia global revelada, a eleição de Francisco Simões Margiochi, como deputado vintista, ganha, nesta perspectiva, esclarecedores contornos. Encontro não fortuito de múltiplas confluências, a massiva votação do colégio eleitoral da província da Extremadura no 'Lente de Matemática' terá sido um gesto carregado de densa historicidade. A ausência de tradição eleitoral e de suporte 'partidário' e o sufrágio indirecto (por força dos compromissos post-revolucionários, imitado da Constituição de Cádiz) reforçam a importância do primeiro lugar obtido pelo major de engenheiros, entre vinte e quatro efectivos e oito suplentes <sup>(40)</sup>.

---

<sup>(38)</sup> Fernando Pereira Marques elaborou um mapa que considera as votações nominais (com base nas informações de José Roussado Gorjão) de catorze 'deputados-militares' eleitos pelo Continente. Seis dos nossos, 'deputados-matemáticos' são aí referenciados. Omitem-se, todavia, – Pamplona Corte Real, Francisco Villela Barbosa (Brasil), Rodrigo José Ferreira da Costa e Roberto Luiz Mesquita Pimentel (Açores) (Cfr. *ob. cit.*, pp. 307-308).

<sup>(39)</sup> Luís A. de Oliveira Ramos, "Projeções do reformismo pombalino", in *idem*, *Sob o signo das luzes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, p. 20.

<sup>(40)</sup> Margiochi obteve 64 votos, que contrastam com os 37 de Manoel Borges Carneiro e os 25 do Bispo de Leiria, o último dos efectivos (Cfr. *Astro da Lusitânia*, *ibidem*). Inocêncio Francisco da Silva informa que o colégio eleitoral da Estremadura era composto por setenta e dois membros (Cfr. "Biographia de....", p. 351).

onomia clas-  
(38). Embora  
eptualização,  
ico do magis-

dicionalismo  
império – o  
aberes e dos  
grosso dos  
, nem cons-  
minorias que  
ue, dizendo-  
strense, pois  
a preparação

omenclologia  
iochi, como  
s contornos.  
a votação do  
Matemática'  
ausência de  
directo (por  
da Consti-  
obtido pelo  
oito suplen-

ra as votações  
rzes 'deputados-  
máticos' são af  
Vilela Barbosa  
intel (Açores)

alino", in *idem*,

Manoel Borges  
o da Lusitânia,  
la Estremadura  
351).

O que estudos qualificados sobre personalidades vintistas têm vincado – a votação para o Parlamento correspondia, globalmente, a uma imagem de notoriedade e de prestígio (alcançada mais pela via da qualidade de serviços prestados à comunidade do que pelo relevo de posições sociais herdadas) – parece repetir-se no caso de Margiochi.

O deputado podia ostentar uma reputação que mergulhava no passado distante e informava o presente: a heroicidade evidenciada na cabala coimbrã (41); a excepcionalidade intelectual do aluno (42); a ressonância prestigiante do perfil científico e pedagógico do docente da Academia de Marinha (cujos ecos chegam a motivar os representantes do Poder a seguir-lhe o magistério (43) e se repercutem, ainda, nas gerações de alunos posteriores à saída para funções públicas) (44); a marca indelével que terá projectado em tantíssimos soldados e civis, atentos às revelações da ciência transmitidas pelos novos saberes (moldando-lhes capacidades de adaptação no trânsito da ilustração ao liberalismo) (45) e, finalmente, a decisiva participação, em momentos

(41) Margiochi, acusado de ser o autor de um panfleto revolucionário que circulou na academia coimbrã, foi preso, em 10 de Julho de 1797, às ordens do Intendente da Polícia, Pina Manique. Foi libertado a 25 de Abril de 1798 (Cfr. *Biographia do Ill.mo e Ex.mo Senhor Francisco Simões Margiochi*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838, p. 2). Silvestre Pinheiro Ferreira, ao tempo professor de Filosofia Racional no Colégio das Artes, envolvido na mesma alçada, logrou refugiar-se em Lisboa; seguindo posteriormente para o exílio (Cfr. A. A. Teixeira de Vasconcelos, *Glorias portuguesas*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1869, t. I, pp. 5-6).

(42) Margiochi, sujeito ao juízo das informações na congregação da Faculdade de Matemática, em 27 de Junho de 1798, foi o único, entre todos os avaliados, a obter a máxima classificação em "Procedimento e costumes". Foi igualmente "Aprovado por todos" em "Merecimento literário" e em "Prudência, probidade e desinteresse" (Cfr. A. U. C., *Informações de 1786-87 a 1805-06*, vol. II).

(43) No final do ano lectivo de 1815-1816, o Inspector da Academia Real de Marinha comunicou a Margiochi que pretendia assistir a alguns exames dos seus alunos. A direcção da escola, informada desta intenção e lisonjeada com tal honra, formalizou o convite (Cfr. A. G. M., *Lentes. Processo individual de F. S. Margiochi*, C. 5, 1-6-1816).

(44) Cfr. A. G. M., *Academia Real de Marinha*, "Representação dos alunos ao Supremo Congresso", C. 3, 20-4-1822. Nesta queixa, os alunos afirmam que a saída do "ilustre deputado" tinha posto o "collégio na maior e depluravel ruina". Xavier Monteiro, no poema *Hymno à Amizade*, referindo-se ao seu íntimo amigo, gaba-lhe a competência pedagógica: "Tu de glória os alunos fortificas/nas difíceis empresas...." (*apud*, Inocêncio Francisco da Silva, *idem*, p. 350).

(45) A proeminência que Margiochi obteve na votação para as Cortes não poderá ser, a nosso ver, dissociada das relações privilegiadas que mantinha com alguns ex-alunos: João Carlos de Saldanha, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque e Bernardo

cruciais, nos eventos revolucionários de Vinte: a reunião conspiratória da adesão lisboeta <sup>(46)</sup> e a descrição do *lobby* castrense, pela acção da comissão de promoções <sup>(47)</sup>.

Se alargarmos este enfoque ao núcleo mais vasto dos eleitos formados na atmosfera cientista das faculdades naturais, os resultados da sondagem apontam para um terço do total – oito efectivos e três suplentes. A Margiochi (64 votos); Travassos (56); Xavier Monteiro (48); Póvoas (40) e Freire (37), haveria, portanto, que juntar os médicos Francisco Soares Franco (33 votos) e Henrique Xavier Baeta (30) e o naturalista Félix de Avelar Brotero (50) <sup>(48)</sup>. Entre os suplentes, registamos um matemático, Ferreira da Costa; um 'coronel graduado da brigada da marinha e inspector da cordoaria' formado pela Academia Real dos Guardas-Marinhas, Marino Miguel Franzini, e um médico, Francisco Xavier de Almeida Pimenta <sup>(49)</sup>.

Durante a segunda legislatura, sendo certo que o núcleo de 'matemáticos' se reduziu substancialmente, é ainda possível (se aceites os desenvolvimentos conceptuais do *Conflito de Faculdades* ilustrar

---

de Sá Nogueira.

<sup>(46)</sup> A darmos crédito ao testemunho de um dos protagonistas do processo revolucionário, José Maria Xavier d'Araújo, a adesão de Lisboa foi preparada em conspiração havida "na casa de Gregório José Seixas ao Rossio [onde] se juntavam vários patriotas, como Xavier Monteiro, Margiochi e o.... Escrivão do Juíz do Povo, Veríssimo José da Veiga" (*Revelações e memorias para a historia da revolução de 1820 e de 15 de Setembro do mesmo anno*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1846, pp. 52-53).

<sup>(47)</sup> Os políticos civis, justificados pelo reforço do poder obtido no rescaldo da Martinhada, logo a 20 de Novembro nomearam uma comissão, que integrava Francisco Simões Margiochi, "para classificar os officiaes do exército e collocá-los segundo as suas antiguidades: esta comissão, a mais importante pela occasião e pelo tempo, foi executada com toda a sabedoria e prudência: fez uma promoção geral e os officiaes ficaram satisfeitos pela justiça que se lhes fez! Assim se anulou o partido militar, e o governo pode dedicar-se exclusivamente ao cuidado importante de convocar as Cortes" (*idem*, p. 194). Sublinhado nosso.

<sup>(48)</sup> Cfr. *Astro da Lusitânia*, *ibidem*.

<sup>(49)</sup> Rodrigo José Ferreira da Costa (oficial da secretaria do adjunto general do exército) foi chamado para preencher a vaga de Félix de Avelar Brotero que obteve escusa. Aprovação do diploma e juramento a 8 de Maio de 1821 (Cfr. *Astro da Lusitânia*, *ibidem*, e António Tavares de Albuquerque, *ob. cit.*, t. I, p. 22). Marino Miguel Franzini tomou assento no Parlamento, a 8 de Junho de 1821 (cfr. *Diario das Cortes*...., vol. I, nº 100, 8-6-1821, pp. 1162). Francisco Xavier de Almeida Pimenta, entre todos o menos votado, não chegou a ocupar o lugar de deputado. Era médico na vila ribatejana do Sardoal e sócio correspondente da Academia das Ciências (cfr. *Lista dos 24 deputados em Cortes e dos 8 substitutos*, Lisboa, Typographia Rollandiana,

análogo fenómeno: a maioria absoluta dos eleitos pela divisão eleitoral de Lisboa não proveio das faculdades positivas. Assim, dos nove deputados, cinco são 'matemáticos': Agostinho José Freire, Xavier Monteiro, Simões Margiochi, Paula Travassos e António Pretextato de Pina e Mello; um é médico, Soares Franco. Do outro 'campo', dois ilustres vintistas e um futuro barão completam a opção lisboeta: Manoel Borges Carneiro, João Maria de Soares Castello Branco e Francisco António de Campos.

4. Estando para lá dos limites que impusemos a este texto, o desenho dos posteriores trajectos de intervenção político-cultural dos deputados de formação científica – já intentado em fundamentada investigação – não deixaremos de reafirmar a importância de uma análise que valorize as rupturas mentais operadas pelo pombalismo e projectadas no mais fundo da sociedade portuguesa: "Os Estatutos moldaram gerações sucessivas de omnímodas formas, dentro e fora da Universidade. Por isso, é ou não de considerar que o cunho... da reforma marcou os estudantes que frequentaram as Faculdades e o próprio panorama do pensamento em Portugal?"<sup>(50)</sup>.

Os 'cientistas' (e os 'matemáticos', em particular) comungaram dos valores desta nova cultura que aspirava a investir o Poder de uma nova *areté*, nascida do divórcio entre Ciência e Filosofia. Deste modo, a sintomática eleição de tão amplo, porquanto minoritário, núcleo de deputados explicar-se-á, a nosso ver, pelo estatuto de prestígio transmitido pelo exercício do discurso da competência técnica e pela crença contagiosa no mais antigo aporismo do pensamento político: o conhecimento é algo que deve iluminar e guiar o exercício do Poder – a sua conjugação deve produzir um melhor, se não o melhor, governo da sociedade. O idealismo platónico subjaz (ao menos enquanto formulação do ideário 'ilustrado') como referencial, já que bastará "que os filósofos se tornem reis para que aqueles a quem actualmente se chama reis ou governantes venham a tornar-se filósofos autênticos e competentes"<sup>(51)</sup>.

1821, e Adrien Balbi, *ob. cit.*, t. II, p. CCCXXXI).

<sup>(50)</sup> Luís A. de Oliveira Ramos, "Projectções do reformismo pombalino", in *idem*, *Sob o signo das luzes*, pp. 23-24.

<sup>(51)</sup> Platão, *A República*, p. 473, *apud* Jean-Jacques Salmon, "A ciência na arena política", *Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, Lisboa, nº 5, 1988, p. 4.